



**REENCONTROS
NOVOS ESPAÇOS
OPORTUNIDADES**

XXXIV SIC Salão Iniciação Científica

**26 - 30
SETEMBRO
CAMPUS CENTRO**

Evento	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2022
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	A burocracia da rua no canal Da Cunha
Autor	GUSTAVO RIBAS AVANCINI
Orientador	MARCELO KUNRATH SILVA

O tratamento e as estratégias aplicadas pelos agentes de segurança pública em relação à temática das drogas ilícitas deve ser tomado com a subjetividade que demonstra, pois a legislação vigente não é capaz de prescrever e abarcar todas as situações possíveis de enfrentamento ao tráfico e uso, motivo pelo qual é necessária a interpretação e adequação às possibilidades fáticas. Ademais, como indivíduos, esses agentes possuem crenças e experiências próprias que influenciam inevitavelmente em seus processos de tomada de decisão, sendo assim suas visões de mundo são indispensáveis para entender o ser e o dever ser na implementação das políticas sobre drogas no Brasil.

O objetivo desta pesquisa é perceber a partir do canal do youtuber e policial civil Delegado Da Cunha, como se relacionam as opiniões do policial com sua atuação dentro do observável em seus vídeos. Para tanto, foram observados e analisados os vídeos e recortes de entrevistas nos quais o delegado explicita suas opiniões a respeito de temas que envolvem a temática das drogas e atividade policial assim como os principais vídeos, ou com mais visualizações, que mostram operações envolvendo tráfico de drogas. O agente argumenta que a prisão de pessoas cujo papel no sistema de tráfico é pequeno não impacta em nada o comércio de drogas no Brasil, o que somente se alcança com a prisão de grandes chefes do tráfico.

Contudo, em seis de seus vídeos com mais visualizações que versam sobre prisões em pontos de tráfico, as onze prisões efetuadas ocorreram contra pequenos traficantes de rua. portanto, percebe-se que o pensamento crítico e descontentamento e reconhecimento da ineficácia do sistema policial não é suficiente para que os agentes possam agir conforme consideram necessário para o cumprimento de seus objetivos institucionais.